

Entidades mineiras vão ter contas devassadas

Arquivo

BRASÍLIA — Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Receita Federal vão hoje para Minas Gerais, onde investigarão a liberação de subvenções federais a entidades ligadas ao deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos principais envolvidos no escândalo do orçamento. A deputada Sandra Starling (PT-MG), que já levantou boa parte dos dados, acompanhará a investigação.

Segundo o deputado Paulo Bernardo (PR), representante do PT na subcomissão da CPI do Orçamento que trata das subvenções sociais, disse que objetivo é levantar elementos para o interrogatório de José Geraldo na CPI do Orçamento, previsto para terça-feira às 18h. O trabalho começará pelas associações culturais Porto Velho, Pampulha e Caldas da Rainha.

A deputada Sandra Starling levantou documentos que provam que as pessoas que respondem por essas entidades são ou foram sócias de José Geraldo em negócios. As três entidades receberam, em 1992, um montante de US\$ 265 mil liberados pelo Ministério da Ação Social — hoje Ministério do Bem-Estar Social —, mas há suspeitas de que não passem de entidades fantasmas.



José Geraldo é o alvo da CPI

O vice-presidente da Tratex, Elos José Eli, citado por Sandra como sócio de José Geraldo na Construtora Engebrás, esclareceu ontem que não é presidente do Banco Rural. Segundo informou, ele possui 40% das ações da Engebrás, Carlos Alberto da Silva Fonseca outros 40% e a RLMG Participações e Empreendimentos — da qual José Geraldo detém metade do capital — possui os 20% restantes.